

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04**

### **HISTORICIDADE E TRADUÇÃO NO BRASIL**

Beatriz Caldas (UFF)

[beatrizcaldas@terra.com.br](mailto:beatrizcaldas@terra.com.br)

Ao traçar paralelos entre o discurso *sobre* o Brasil (ORLANDI, 1990) e o discurso *sobre* o comunismo (MARIANI, 1998), tomamos uma perspectiva teórica que nos ancora ao conceito de discurso *sobre*, viabilizando nossa procura de discursos *sobre* a tradução.

Em suas reflexões concernentes à formação de um discurso historiográfico sobre o Brasil, Orlandi (*op. cit.*) estabelece diferenças entre discurso *sobre* e discurso *de*. Estudando os relatos de franceses sobre o Brasil no século XVI, Orlandi (*op. cit.*) menciona o trabalho dos turgimões. Segundo a autora, os viajantes franceses não teriam ficado tempo suficiente em terras brasileiras para poderem descrever práticas indígenas com os pormenores com que o faziam. Valiam-se do que ouviam dos turgimões<sup>31</sup>. Nas palavras de Orlandi, "isso é visível no fato de que há narrativas idênticas que aparecem um pouco em todos os textos da época. São repetições que se originam no fato de que a fonte era a mesma: os intérpretes" (ORLANDI *op. cit.*, p. 107).

Há uma discursividade em circulação a partir dos índios que fazem relatos aos intérpretes, os quais, por sua vez os relatam aos europeus que, muitas vezes os fazem ser escritos pelos *nègres*<sup>32</sup> (ORLANDI, *op. cit.* p.108). Esses textos são copiados entre si, tendo como efeito a fixação de sentidos. O *corpus* da pesquisa de Orlandi (*op. cit.*) constitui-se desses relatos a respeito do Brasil escritos por franceses no século XVI e reeditados nos séculos XIX e XX. À medida que as edições foram se sucedendo, acrescentaram-se comentá-

---

<sup>31</sup> Nos próximos parágrafos voltaremos ao termo 'turgimão', segundo trabalho de Mariani, 2007.

<sup>32</sup> No dicionário on-line em <http://www.tv5.org/TV5Site/alexandria/definition.php> consultado em 12/05/2009, o verbete registra como uma das acepções para o termo *nègre* – (*figuré*) *personne anonyme qui prépare ou exécute entièrement une œuvre littéraire ou artistique, un discours, qu'un tiers signe et s'attribue* [(figurado), pessoa anônima que prepara ou executa inteiramente uma obra literária ou artística, um discurso, que um terceiro assina ou assume como seu], (tradução nossa). Outros sentidos evocados para o termo *nègre* mereceriam uma investigação mais aprofundada que não poderia ser desenvolvida neste trabalho.

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04***

rios e notas. Orlandi (*op. cit.*, p. 116) argumenta que esses acréscimos desempenham um papel interpretativo, atuando como comentários cujo funcionamento discursivo é fixar sentidos aos textos mais antigos, transformando-os em documentos. Esses relatos constituem assim um discurso *sobre* o Brasil, com sentidos estáveis e duradouros.

Desse modo, Orlandi (*op. cit.*, p. 20) lança mão do conceito deleuziano de cópia e simulacro para explicar o discurso que se estabelece na velha Europa a respeito da nova terra. A cópia guarda semelhança, segue o modelo. O simulacro distorce, traz semelhanças, mas também institui diferenças, apresenta fantasmas. Ou seja, como cópia, há o discurso europeu sobre a nova terra, inscrevendo os habitantes e as práticas do novo mundo segundo modelos já conhecidos. Inicialmente, havia nas novas terras apenas o discurso dos índios eivado de silenciamento e, nos séculos seguintes, surge um povo que fala de si próprio valendo-se do discurso do europeu sobre ele, procurando as cópias, mas também os simulacros, “as imagens rebeldes e avessas a qualquer representação” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 21).

Essas práticas discursivas (cópia, silenciamento, simulacro) podem ser tomadas como processos históricos que acabam por constituir um discurso *sobre* o Brasil, transformando-se, por fim, em documentos, institucionalizando sentidos sobre o Brasil que até hoje são tomados como referências. Em outras palavras, como discursos *do* Brasil.

Sobre essas questões linguísticas, Mariani (2004), comenta que as terras brasileiras durante os primeiros séculos de colonização constituem o cenário no qual se estabelecem e se projetam os discursos *sobre* o Brasil, através da interpretação e da tradução<sup>33</sup>.

Numa espécie de pré-história da tradução nas colônias portuguesas a presença do turgimão, intérprete ou língua é constantemente registrada nos documentos e crônicas da expansão ultramarina:

O termo preferido do cronista Gomes Eanes de Azurara é ainda o de *turgimão*, embora aqui e além constatemos a utilização do termo “interpretador” na sua *Crônica de Guiné*. O referido momento de transição de-

---

<sup>33</sup> Estamos aqui tomando a diferença entre a tradução e a interpretação como se costuma denominar na prática da tradução, respectivamente as modalidades escrita e oral do par de línguas em jogo.

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04**

ve situar-se, por conseguinte, entre os últimos anos do reinado de D. Afonso V e o início do reinado de D. João II. Numa carta de alforria de 1477 (reinado de D. Afonso V), o Príncipe D. João, futuro rei D. João II, refere que João Garrido “fora algumas vezes por língua à Guiné”. Recordamos que há pouco mencionámos uma carta da Chancelaria de D. Afonso V onde o termo utilizado foi o de *turgimão*. (PAIS, Carlos Castilho, *Turgimão*, in *O Língua*, 2002, grifo nosso)<sup>34</sup>

Segundo Mariani (2007), os intérpretes também são denominados “lançados”, termo que parece designar os intérpretes que vêm de Portugal e se estabelecem na África, mas preservam os hábitos de sua terra. Em outras palavras, preservam o prestígio político dos indivíduos que atuam como agentes do povo conquistador. No extremo oposto estão os intérpretes denominados “filhados”, indivíduos provenientes do povo conquistado.

O termo *língua* figura principalmente nos textos portugueses a partir do final do século XV, vindo a substituir ‘turgimão’, que era empregado anteriormente. Segundo os historiadores, esses portugueses que ficavam imersos na cultura local absorvendo ritos e aprendendo a geografia do lugar eram chamados de *tangomãos* ou **lançados** (BOXER, *id. ibid.*). Dito de outro modo, o *língua* (ou *turgimão*) designa um lugar de intérprete e uma função: atuar como intermediário em transações comerciais variadas. A atuação dos *línguas*, portanto, existe antes da chegada do processo colonizador propriamente dito, ou seja, antes de a Coroa Portuguesa sedimentar administrativa e religiosamente a terra descoberta, os intérpretes eram deixados na costa para aprender a língua desconhecida, os costumes do lugar, a geografia e a localização das riquezas. Seguindo um caminho inverso, relatos atestam que na costa da África, durante o século XV, negros eram “**filhados**”, aprisionados, e levados para Portugal para aprenderem a língua e os costumes portugueses. (MARIANI, 2007, p. 88-89, grifos nossos)

Os ‘lançados’ e ‘filhados’ são ambos mediadores, mas ao se inscreverem como operadores de negociações e referências culturais há divergências ideológicas incontornáveis para o intérprete colonizado, que sofre os impactos das contradições de um discurso colonizador.

Por esse motivo é relevante falar dessas práticas de linguagem no período das descobertas e das conquistas. Os *línguas* (sejam portugueses, sejam habitantes nativos da terra desconhecida) detêm um poder de ne-

---

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/olingua/01/lingua2a.html>, acesso em 18/02/07. O termo “enterpetador” foi objeto de questionamento nosso. O autor da revista nos esclareceu que o termo já aparece assim no documento original, *Crônica de Guiné*.

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04**

gociação, são mediadores, ocupam um lugar ainda não estabelecido, que é o lugar do gramático/da gramática. É o corpo significante, atravessado pela linguagem em sua radicalidade. Se ocupam esse lugar estão inscritos em um discurso que é, acima de tudo, o de uma política mercantil de ocupação da terra e de incremento do poder real. E, cabe lembrar, quando é um língua não português a ocupar esse lugar, **produz-se uma contradição**, afinal, não há como um não português inscrever-se sem tensões no discurso do colonizador branco e cristão. (MARIANI, 2007, p. 11, grifo nosso).

Acreditamos que essas contradições podem nos ajudar a compreender as questões ideológicas imbricadas na construção da historicidade dos sentidos de tradução no Brasil.

Sob essa ótica, os *discursos da* interpretação das línguas indígenas para as línguas europeias e vice-versa nas vozes de quem podia se fazer ouvir, a saber, os europeus, introduzem as vozes dos primeiros atores nesse cenário discursivo *sobre* o Brasil. Essas vozes passam a constituir os relatos, as histórias, os fatos, o discurso *sobre* a Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil.

Ao discorrer sobre a língua dos índios, Orlandi (1990) aborda a questão da tradução classificando-a (*op. cit.*, pp. 87-88) em:

(1) a tradução que indica várias possibilidades da língua europeia. Reflete, em sua constituição imaginária, a incerteza diante da língua indígena ou a riqueza das línguas europeias em relação às línguas indígenas, ou seja, ressalta a existência de vários termos em língua europeia contra um único termo em língua indígena;

(2) a tradução que apresenta já uma interpretação, aqui como uma produção de sentidos, como gesto. Apresenta uma tradução “literal” seguida por uma equivalência, por uma expressão “quer dizer”. À tradução literal acrescenta-se uma interpretação em língua europeia. O exemplo citado por Orlandi é a tradução do termo indígena “Pa”, que é acrescido da interpretação de “*ouy, de bonc coeur: je t’ai choisi pour demeurer avec toy e pour estre mon compere et du nombre de la famille: je t’ay prefere à un autre car je t’aime et m’as*

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04**

*semblé estre bom homme*” (Y D’EVEREUX, 1864 *apud* ORLANDI, *op. cit.*)<sup>35</sup>

(3) a tradução cultural, que interpreta diretamente. Processo mais desidentificador, segundo Orlandi, é a tradução que completa a língua indígena, complementando-a com o que, a princípio, não parece estar lá.

Os três processos ressaltam *a falta* nas línguas indígenas. Cabe à tradução feita pelo europeu, em sua posição discursiva de tradutor, compensar essa *falta*, essa *rusticidade* e *pobreza*. Esses efeitos de sentido materializam-se no processo e produto das traduções. Compreendemos que essa falta é o sintoma de uma atitude política através da qual o outro não se constitui, não existe, é silenciado e falado ao invés de falar. Nesses séculos de colonização linguística, a alteridade sofre a ação de um processo tradutório que silencia ou ressignifica os sentidos produzidos na língua indígena.

Mariani aborda esse silenciamento ao desenvolver o conceito que dá título a seu livro: *Colonização Linguística* (2004). Descreve-o como:

Um processo histórico de confronto entre *línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes*, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente à(s) outra(s) colonizadas (MARIANI, *op. cit.*, p. 19, grifo nosso).

A história discursiva da colonização linguística (MARIANI, *op. cit.*) nos apresenta vários efeitos políticos, discursivamente materializados na língua que vai lentamente se estabelecendo no Brasil.

Um desses efeitos é um pretendido silenciamento oficial das línguas indígenas e africanas faladas no Brasil e a imposição ampla da língua portuguesa, conforme determinação do Diretório dos Índios, lei decretada pelo Marquês de Pombal em 1757. Era retomada a língua de Sua Majestade, rei de Portugal, a quem a língua portuguesa, instrumento de civilização, haveria de muito melhor servir.

---

<sup>35</sup> “sim, de bom grado: eu te escolhi para morar contigo e para seres meu companheiro e membro da família: eu te preferi a um outro porque gosto de ti e me pareceste ser um bom homem” (tradução nossa)

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04**

Outro ponto interessante é que as línguas indígenas eram ágrafas. Consequentemente, na redação dos relatos feitos durante o século XVI, observa-se um duplo translado: da modalidade de língua oral para língua escrita e a transposição de uma língua indígena para uma língua europeia.

A materialidade linguística dos relatos assim traduzidos concretiza a atitude ideológica e política vivida pelos europeus como uma verdade em sua época histórica. Na leitura que se produz hoje sobre este olhar do século XVII, pode-se dizer que se tratava de um olhar que ignorava o que via e transfixava o modelo europeu pela marca do que faltava à sociedade indígena. Os relatos se repetem re-dizendo o mesmo discurso da falta<sup>36</sup>. No decorrer de longos e contraditórios processos históricos, o discurso *da* prática dos viajantes no Brasil institucionaliza-se como um discurso *sobre* o Brasil. Podemos formular como hipótese que o discurso *da* tradução no Brasil, por lidar com a materialidade linguística e modalidades oral e escrita, está implicado nos discursos *sobre* e *do* Brasil que foram constituídos historicamente.

Assim, o discurso *sobre* o Brasil tem como suporte material e matriz fundadora a própria tradução das línguas dos índios para as línguas europeias. Esse é o pressuposto a partir do qual essa tese é construída.

Dessa forma, se por um lado os línguas são o elemento inicial de um processo de interpretação, escrita, tradução e circulação de relatos na e pela Europa, por outro lado, a prática dos línguas acaba por se institucionalizar na esfera social das atividades da colônia. Nas palavras de Wyler (2003):

A institucionalização do intérprete brasileiro processou-se dentro de padrões clássicos. À medida que a estrutura colonial se ampliava e se tornava mais complexa, o ofício de língua ia incorporando novas atribuições, ao mesmo tempo em que transformava ou perdia outras antigas, como a de auxiliar de confessor. A valorização do bi/plurilinguismo, a princípio português-nheengatu e depois nheengatu e outras línguas europeias ditas de cultura, estimulou um *processo paralelo de elitização da*

---

<sup>36</sup> Em sua tese de doutorado, sob orientação da Profa. Dra. Bethânia Mariani, Fábila Marucci toma sentidos materializados no enunciado "brasileiro não lê" e os relaciona a essa questão do discurso da falta.

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04**

*profissão que tem se mantido até os nossos dias.* Cada vez que o intérprete era enquadrado e absorvido pelo sistema, surgia uma nova maneira de exercer seu ofício, com a exigência de novos requisitos que apenas uns poucos poderiam satisfazer. (WYLER, 2003, p.38, grifos nossos)

É muito interessante perceber na citação de Wyler acima transcrita a possibilidade de origem de apreço pelos intérpretes no gesto de oralidade, modificado e ao mesmo tempo constante ao longo dos séculos, como testemunha de uma prática discursiva tipicamente brasileira.

A essa abordagem teórica inicial, acrescentamos outra, oriunda também de uma reflexão a respeito dos discursos *sobre e de*, voltada para a questão da circulação de discursos, sobre a qual trataremos em outro trabalho.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Quando as línguas eram corpos – Sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 83-111.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

PAIS, Carlos Castilho. Nomear o intérprete. *O Língua: Revista Digital sobre Tradução*, n. 1, maio 2002. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/olingua/01/lingua2.html>. Acesso em: 22 out. 2006.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.